

Empresários vão propor a Collor que setor privado administre ensino básico

por Luci Moraes
de São Paulo

O Comitê de Educação da Comissão Empresarial de Competitividade (CEC) deverá entregar nas próximas semanas um documento ao presidente Fernando Collor de Mello propondo o envolvimento direto do empresariado na melhoria da qualidade do ensino básico no País.

O projeto sugere a retenção pela empresa dos 2,5% sobre a folha de pagamento pagos ao governo federal a título de salário-educação, que seriam aplicados na construção e manutenção de escolas de ensino básico para a comunidade. Os recursos seriam complementados com investimentos dos donos das empresas, que lançariam os gastos como despesas dedutíveis do Imposto de Renda.

"O incentivo se justifica na medida em que as escolas atenderiam à comunidade toda e não apenas às famílias dos funcionários das empresas", alega o empresário catarinense Udo Döhler, coordenador do Comitê de Educação da CEC — comissão composta por 240 empresários de diferentes setores do País, integrante do Programa de Competitividade Industrial lançado no início do ano passado pelo governo federal e coordenado pelo Ministério da Economia com a colaboração de outros ministérios.

De acordo com Döhler, o documento conta com a simpatia dos ministros da Economia, Marcílio Marques Moreira, e da Educação, José Goldemberg. Caso seja aprovado pelo presidente Collor, ele será redigido em forma de projeto de lei e submetido ao Congresso Nacional.

"A educação é um dever do Estado, mas deve interessar toda a sociedade", destaca Döhler, acrescentando que, num momento em que ela "arranha o caos", o empresariado pode contribuir para a melhoria do ensino básico — o primeiro passo para a obtenção de maior eficiência do sistema como um todo.

Ele diz que o esforço do setor na questão visa evitar a intensificação dos problemas sociais e econômicos vividos hoje pelo Brasil. "O interesse do empresariado está voltado, em primeiro lugar, para a educação em si, pois só por meio dela o indivíduo exerce sua cidadania", enumera, apontando como segundo motivo o fato do ensino ser o instrumento que capacita o homem para o trabalho.

Döhler faz também uma "mea culpa" do segmento ao qual pertence. "Após a Revolução de 64, o empresariado fechou as cortinas de suas janelas e se dedicou à geração de riqueza e empregos, distanciando-se das questões políticas, sociais e ambientais. Depois de quase vinte anos, quando abriu a janela, encontrou uma favela no outro lado da rua e uma mão-de-



Udo Döhler

obra incapaz de aplicar novas tecnologias e de atingir os níveis de produtividade e qualidade necessários para a competição de seu produto num mercado que se abriu. Ele ficou perdido."

O coordenador do Comitê de Educação da CEC destaca que essa omissão está custando caro ao empresariado que desde a Constituição assiste, entre atônito e colérico, a aprovação de leis que oneram seus custos de produção, criam impostos e diminuem seu poder de competitividade no mercado internacional, sem poder fazer nada. "Quando acordamos, durante a elaboração da Carta de 1988, tivemos de nos envolver com questões menores, emergenciais, como a diminuição da carga de trabalho e aumento de benefícios trabalhistas, confessa, reconhecendo que foram esquecidos assuntos mais importantes, como o emagrecimento do Estado e temas sociais e educacionais. A proposta do Comitê de Educação prevê para as escolas administradas por empresários a adoção do currículo utilizado nas escolas de 1º grau do País, com ênfase no ensino das matérias básicas, necessárias para a capacitação profissional. "As escolas assumiram de forma intensa nos últimos anos programas como combate à droga, ao alcoolismo e de educação de trânsito, que poderiam ser realizados numa ação lateral em associação com as famílias", analisa Döhler. "Por isso, o Brasil forma hoje milhões de analfabetos, que não sabem ler ou fazer contas."

Ele acrescenta que não se pode pensar em educação desatrelada de emprego e salário. "Não adianta pensar em um sábio tomando água de coco à sombra do coqueiro", compara, defendendo a melhoria da educação para a elevação dos níveis de emprego e salário. "Por meio do ensino podemos acionar um processo em cadeia, iniciado com o aumento da profissionalização, passando para as conquistas no ensino tecnológico, ganhos de qualidade e produtividade, crescimento real de salários, distribuição de rendas, estímulo ao consumo, atingindo, por fim, o desenvolvimento."